



PARECER CGM

PARECER N° 084/2018-CGM

PROCESSO N° PP035/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS SECRETARIAS: SEMAPLAN, SEMAGOV, SEMFI, SEMTUR, SEMCULT, SEMAGRI, SEMURB E SEMOB.

1. RELATÓRIO

O procedimento licitatório em epígrafe encontra-se atuado, protocolado e numerado em volume único, o qual foi instruído com a seguinte documentação:

- Solicitação de Abertura de Processo Administrativo, datado em 02/02/2018 (fls. 02);
- Termo de Referência e Relação de Itens (fls. 03-16);
- Planilha de valor médio e planilha geral (fls. 17-32);
- Cotação de preço dos fornecedores (fls. 33-41);
- Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira (fls. 42);
- Despacho da chefe do poder executivo autorizando o início do processo licitatório (fls. 43);
- Portaria N° 1.519/2017, de 30 de outubro de 2017 (fls. 44-45);
- Despacho de pedido de exame da minuta do edital a PGM – PMSFX (fls. 46);
- Minuta do Edital Pregão Presencial (fls. 47-88);
- Parecer Procuradoria Geral do Município (fls. 89);



- Edital de Pregão Presencial e Anexos (fls. 90-144);
- Comprovante de Publicação do Pregão Presencial em 05/04/2018 no Diário Oficial da União (fls. 145), No Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará em 05/04/2018 (fls. 146); e no Mural da Prefeitura dia 05/04/2018 (fls. 147)
- Ata de Realização do Pregão Presencial (fls. 148-150);
- Apresentação da documentação exigida no edital (fls. 151-271);
- Despacho do Pregoeiro a PGM-SFX (fls. 272);
- Parecer – PGM-SFX (fls. 273-274);
- Termo de Homologação (fls. 275);
- Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial N° 20180511 (fls. 276-284);
- Comprovante de Publicação de Aviso de Resultado de Licitação no dia 30/04/2018 no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará (fls. 285); Aviso de Homologação de Licitação no dia 30/04/2018 (fls. 286); Retificação Aviso de Resultado de Licitação no dia 08/05/2018 (fls. 287); e Retificação Aviso de Resultado de Licitação no dia 08/05/2018, no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará (fls. 288);
- Extrato de Ata de Registro de Preço N° 20180511 da empresa XINGULAR UTILIDADE PARA O LAR LTDA (fls. 289-290);
- Extrato de Ata de Registro de Preço N° 20180511 da empresa O M DOS SANTOS – GRAFICA – ME (fls. 291).

2. ANÁLISE

2.1. Da Fase Interna

Os processos administrativos deverão ser atuados, protocolados, rubricados com a indicação do(s) objeto(s), orçamentos, indicação do



recurso para a despesa e de seu comprometimento, nomeação da comissão ou servidores responsáveis, termo de compromisso, justificativa para aquisição, autorizações, edital com seus respectivos anexos, publicações e demais documentos relativos à licitação, assim se cumprindo as exigências legais do art. 38 da Lei de Licitações nº 8666/93. No que diz respeito à fase interna do Processo Administrativo, observamos obediência ao artigo supracitado, estando o processo devidamente atuado e acompanhado das documentações necessárias.

2.2. Da Análise Jurídica

Quanto ao aspecto jurídico e formal da Minuta do Edital, a Procuradoria Geral do Município opinou que sua elaboração preenche os requisitos legais exigidos, atestando a sua legalidade mediante Parecer.

2.3. Das Justificativas, Autorizações e Termo de Compromisso

Foram preenchidas as exigências quanto às autorizações necessárias, declaração referente ao não comprometimento do erário público, subscrita pela autoridade competente.

Ao que compete à justificativa, Termo de Compromisso e Responsabilidade referente ao acompanhamento do procedimento licitatório e da execução deste contrato, segue todas as especificações no termo de referência.

2.4. Da Fase Externa

A presente fase por sua vez, inicia-se com a publicação do instrumento convocatório. Essa fase é assim chamada porque representa o momento em que o procedimento licitatório sai do âmbito interno da administração e passa a provocar efeitos no meio social.



2.5. Do Edital

O Edital definitivo do processo em análise consta assinado pela autoridade que o expediu, estando rubricado em todas as folhas, conforme o artigo 40, §1º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 estabelece. No entanto, é que os itens 6.2 "f" e 6.3 "b" e "d" vão de encontro com vedação expressa constante do artigo 30, § 5º, da Lei 8.666/93, restringindo a ampla participação de interessados na licitação, o que fere o princípio da legalidade e isonomia.

2.6. Da Ata de Reunião

Conforme se infere da ata de realização do pregão presencial na data 23/04/2018, compareceu ao ato a empresa O M DOS SANTOS – GRAFICA – ME e XINGULAR UTILIDADES PARA O LAR LTDA.

Dando continuidade foi realizada a solicitação de documentação para o credenciamento dos participantes.

Não houve o comparecimento de mais outros interessados, dando prosseguimento com a abertura dos envelopes das empresas contendo as Propostas Comerciais, a qual apresentou o melhor valor para o lotes I e III foi a empresa O M DOS SANTOS – GRAFICA – ME,

A empresa XINGULAR UTILIDADES PARA O LAR LTDA apresentou melhores valores para o lote II.

Em seguida ao ser definido o menor preço unitário, cotado pelas empresas em epígrafe, e sendo que ninguém manifestou intenção, o pregoeiro informou aos representantes que aceitaria os valores apresentados, ficando a contratação do fornecimento dos produtos a cargo da Secretaria Responsável.

A proposta final das empresas estão de acordo com os preços propostos na sessão.



3. DA APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014

Conforme redação antiga do art. 47 da LC 123/2006, nas contratações públicas da União, dos Estados e dos Municípios, poderia ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

Outrossim, a LC nº 147/2014, promoveu alterações substanciais na LC nº 123/2006, sobretudo quando torna obrigatório (na redação original da LC nº 123/2006 era faculdade) a inclusão nos editais de licitações a reserva ou exclusividade para ME e EPP.

No presente processo, foi exercido a reserva de cotas e exclusividade para pequenas empresas e microempresas, nos termos da LC nº 123/2006 com alterações promovidas pela LC nº 147/2014.

4. DA HABILITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA.

Da síntese dos valores das propostas vencedoras, constatou-se que os mesmos estão em conformidade com os estimados para a presente contratação.

Quanto à documentação apresentada pelas empresas vencedoras, confirmou-se que estas atenderam às exigências de habilitação/credenciamento previstas no edital.

Quanto à regularidade fiscal e trabalhista restou comprovada através das certidões anexas aos autos estavam negativas e vigentes na data da sessão.



5. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

Os contratos originados do presente procedimento obedecerão aos termos do caput, do Art. 57, da Lei 8.666/93, conforme expressa a cláusula de vigência da minuta contratual.

6. PROVIDÊNCIA

O responsável deverá fazer juntada da Certidão Tributária Federal das empresas vencedoras.

CONCLUSÃO

Desta feita, deverá prosseguir o presente certame para fins da realização das demais fases, observando-se, para tanto, os prazos e disposições legais atinentes à matéria, inclusive atentando quanto à obrigatoriedade de publicação de referidos atos na imprensa oficial e portal dos jurisdicionados do TCM/PA, a geração de despesas são de inteira responsabilidade do ordenador de despesas eximindo qualquer culpa ou dolo por parte do Controlador Geral do Município.

Ao Pregoeiro, para conhecimento, manifestação e adoção das providências subsequentes.

São Félix do Xingu, 15 de maio de 2018.

Elvys Teles Silva
Controlador Geral do Município
Decreto nº 1379/2017